

# | 703 | DISCURSO E PADRÃO HIGIÊNICO-FUNCIONAL: A INSERÇÃO DA CIDADE DE CURITIBA NOS PRINCÍPIOS DE URBANISMO DA DÉCADA DE 1940

*Julio Cesar Botega do Carmo*

## **Resumo**

Assim como o urbano, os cientistas que tentam explicá-lo são fruto de dado momento histórico e determinados social, política, ideológica, jurídica e economicamente. Com base neste fato e tomando-se as ideias centrais do Plano Agache, de 1941 para Curitiba, desenvolvido pelo urbanista francês Alfred Agache, se busca a compreensão da capital paranaense durante o século XX, verificando como a abordagem técnico-científica agiu na regulação do crescimento e na modernização da cidade, atrelados ao progresso e a ordem urbanos. Afinado com o pensamento científico da época, o plano proposto buscou incluir a cidade, até então à margem do progresso que se vivia a nível de país, no rol de cidades que dispunham de planos para regular seu crescimento e planejar seu futuro.

**Palavras-chave:** Curitiba, Plano Agache, Urbanismo no Brasil, Alfred Agache, década de 1940

## **Introdução**

O processo de urbanização da cidade de Curitiba teve início no século XVII, quando, em 1693, o antigo povoado bandeirante foi elevado à vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Teve sua origem na confluência dos rios Ivo e Belém, contudo, alguns historiadores afirmam que a cidade surgiu, nas proximidades do rio Atuba, mas devido às dificuldades de acesso e de habitação no local, logo os portugueses modificaram o sítio para onde atualmente está a Praça Tiradentes, no centro da cidade. Durante pouco mais de um século e meio, a cidade manteve características de pequena vila do interior, pertencendo a então Quinta Comarca da Província de São Paulo. Em 1853, ocorreu a separação desta comarca, elevando o Paraná à categoria de estado e levando o recém-formado legislativo do estado a ter que escolher a nova capital. A cidade de Curitiba foi escolhida, por sua importância locacional, no cruzamento de vias de grande importância, que ligavam o Paraná aos estados meridionais e a São Paulo (mapa 1).



**Mapa 1:** Localização de Curitiba  
**Fonte:** do autor, 2011

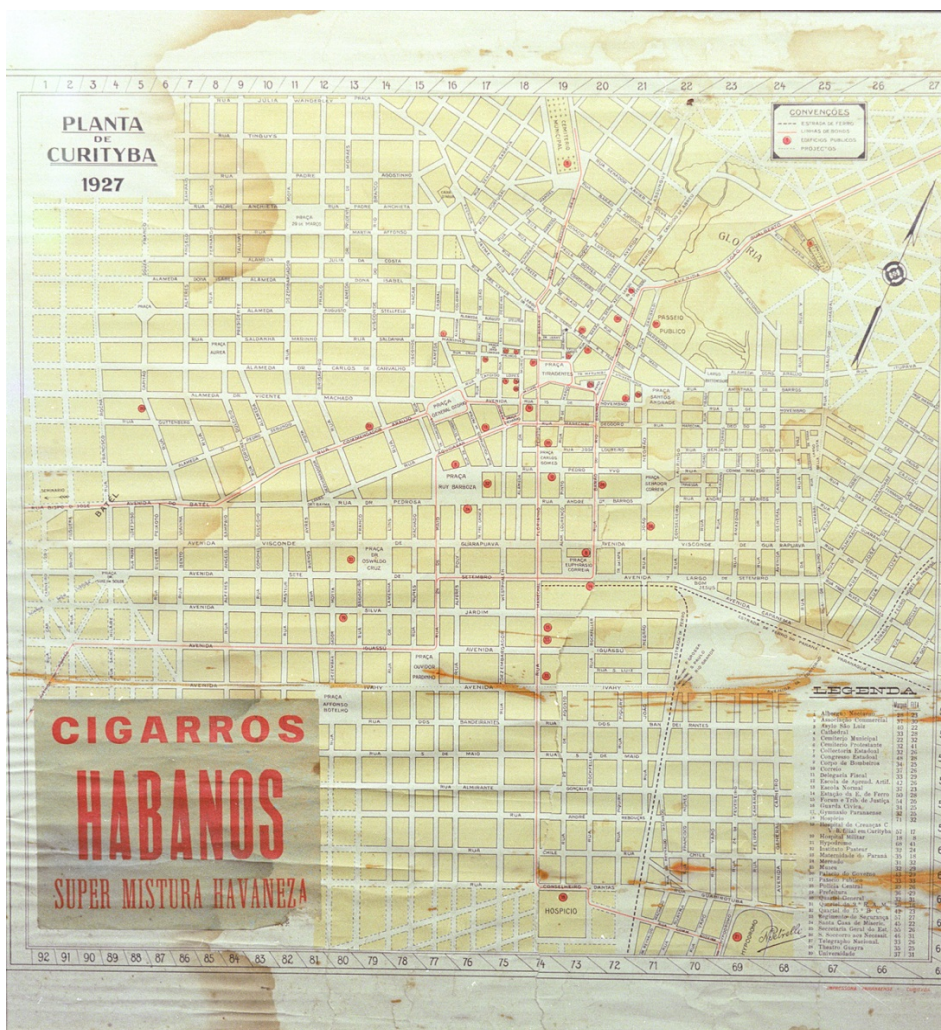
Ferreira (2004) afirma que no começo do povoamento da cidade, o desenvolvimento aconteceu de forma natural, até o século XVIII, quando o Paraná ainda pertencia a São Paulo e era comandada por Teophilo Ribeiro de Rezende e Henrique Baurepaire Rohan, que permitiram que a cidade crescesse sem disciplina, expandindo-se de maneira livre e absolutamente irregular: “picadas e veredas foram sendo transformadas em ruas assimétricas e sem harmonia, como as ruas 13 de Maio e Saldanha Marinho, que nasceram sem critério nem planejamento” (FERREIRA, 2004, p. 13). A formação de Curitiba aconteceu, portanto, com a sobreposição de diversas “cidades”, de maneira não planejada, levando ao crescimento desordenado (GNOATO, 1997, p. 4).

Em 1812, Curitiba passou a ser capital da recém-criada comarca de Paranaguá e, em 1827, foi retratada pela primeira vez, pelo pintor francês Jean Baptiste Debret (figura 1) (FERREIRA, 2004). No dia 29 de agosto de 1853, com a criação da Província do Paraná, Curitiba tornou-se sua sede e, em 26 de julho de 1854, capital, sendo que a partir de então, o cenário urbano começou a mudar, ocorrendo as mais diversas transformações, como no padrão de vida, introduzindo novos estilos de casas e materiais de construção, que resultaram em uma cidade com possibilidades de se desenvolver, com diversidade paisagística e com espaços construídos e estruturados (FERREIRA, 2004, p. 13).



**Figura 1:** *Vilinha*. Quadro de Jean Baptiste Debret, considerada a primeira imagem de Curitiba.  
**Fonte:** LAGO e BANDEIRA, 2010.

Entretanto, as intervenções urbanas em Curitiba, até a primeira metade do século XX, resumiam-se a pequenos projetos e não um estudo de desenvolvimento da cidade. Destacam-se neste período as intervenções do inspetor de terras Taulois, a do engenheiro Frederico Hégreville, a de Ernesto Guaita (1888), de Saturnino de Brito (1920) e a do modernista Frederico Kirchgässner, que fez a nova planta cadastral para a Cidade (1928-29) (GNOATO, 1997, p. 5), como mostra a figura 2.



**Figura 2:** Primeira planta da cidade de Curitiba, de Frederico Kirchgässner.  
**Fonte:** IPPUC, 2011.

Segundo Cunha Filho (1998):

*(...) da posse de uma planta de toda a cidade, tornava-se viável um plano urbanístico "onipresente". Ao contrário do que até então havia acontecido, isto é, a eleição de partes localizadas do núcleo urbano como objetos de melhoramentos, podia-se abarcar toda a cidade por um único e mesmo projeto. Com efeito, a Planta Cadastral permitia aos especialistas uma apreensão intelectual totalizadora do complexo físico urbano. (CUNHA FILHO, 1998, pg. 152)*

Estas foram as primeiras modificações feitas de forma racional e técnica, ainda que não planos urbanos, se atendo principalmente a legislar sobre a abertura e fechamento de vias e das testadas e características das construções, entre outras obras de menor porte. As propostas para modificações na estrutura urbana eram medidas isoladas, perigosas para o

futuro desenvolvimento da cidade pois não existia um plano que abrangesse em detalhes as zonas urbana, suburbana e rural, implicando em dificuldades futuras para a circulação, arruamento e descongestionamento do tráfego (SILVA, 2000, p. 19).

Todas estas transformações em Curitiba ocorriam em um Brasil que vivia uma efervescência política e cultural onde se delineava um novo momento: o Brasil Moderno. O momento político era o Estado Novo, intervencionista, e o regime político uma ditadura comandado pelo então presidente Getúlio Vargas.

O planejamento urbano no período Vargas reproduzia o discurso higienista e urbanístico produzido na Europa e Estados Unidos desde o final do século XIX, apoiado no organicismo ou no funcionalismo. Suas características fundamentais eram:

- a. Concepção organicista na formulação do diagnóstico. A categoria meio natural e social organiza um discurso condenatório da realidade e sustenta a formulação da cidade ideal.
- b. Embelezamento, monumentalidade e controle social sobre o uso do espaço orientado a intervenção. Grandes operações de renovação/construção e normatização das práticas sociais. (RIBEIRO e CARDOSO, 1996, pp.64 e 65)

Essas características se transformaram em categorias básicas no Brasil, desde o início do século, como motivadoras da nacionalidade e da modernização. Ou seja, o discurso da higiene e da funcionalidade possuía caráter modernizador e afirmador da nacionalidade emergente, reproduzindo ideias, práticas e morfologias urbanas que sintetizavam a modernidade, como nos “países civilizados”. A oposição passado/futuro tem importância fundamental na implementação do planejamento deste período.

Durante essa época, o padrão higiênico funcional foi desenvolvido principalmente com a elaboração do plano diretor do Rio de Janeiro por Alfred Agache e sua participação na elaboração de outros planos, todos sob a égide de interventores nomeados pelo governo Vargas.

### **Plano Agache de Curitiba: Técnica, institucionalização e o gérmen do discurso da cidade planejada**

O estudo do urbanismo na primeira metade do século XX era caracterizado pela observação, classificação, análise e síntese e o urbanista deveria interpretar proporções, silhuetas, volumes e composição para produzir efeito estético artístico nas cidades. Alfred Agache enquadrava o urbanismo no domínio da Filosofia Social, organizando aglomerações de tal forma que os habitantes pudessem usufruir os benefícios da modernidade a baixos custos (SILVA, 2000, p. 70).

O urbanismo de Agache incluía um pensamento que oscilava entre ideias positivas e de ordem social, relacionando espaços e atividades sociais. O espírito que aproximava o ambiente ao espaço voltava-se para estabelecer uma ordem social através da manipulação do ambiente. O urbanista iniciaria seu contato com o local coletando material escrito e oral. A busca de critérios para coordenar e harmonizar as atividades, adaptando-as ao progresso, dominou o campo de ação do urbanismo a partir do momento em que higiene e estética deixaram de ser os únicos veículos de renovação urbana para operar uma síntese com a função econômica.

Agache encontrou no Brasil, um local fértil e ávido por modernidade, e apesar das críticas as suas ideias, pessoas que se engajaram em ajudá-lo, o que levou parte delas a serem colocadas em prática, incluindo as propostas para Curitiba.

A cidade encontrada por Agache, segundo o próprio urbanista, não passava de um aglomerado de casas, com ar provinciano e que em nada lembrava uma capital. As ruas se assemelhavam às vielas medievais (CORNELSEN, 2010) e todo o sistema de esgotos, transportes e demais serviços em geral eram considerados caóticos. Um novo sistema de esgotos e circulação de água encanada teria que ser pensado, e a cidade deveria manter áreas verdes em bom estado de preservação, protegidas pelos poderes públicos, que oferecessem qualidade de vida e espaços para o ócio da população. Neste período, a produção e consumo do espaço se transformaram em atividade dos proprietários de terras e pela municipalidade, que tomava iniciativa para atender as necessidades de moradias, dando assistência financeira (doações de terrenos) aos interessados em construir habitações na cidade. Muitos terrenos foram desapropriados e doados à entidades para construção de casas populares. A cidade melhorou seu padrão construtivo enquanto que as condições de urbanização necessitavam um remodelamento, um plano, dizia o discurso da época, pois o plano distribuiria as funções na cidade (SILVA, 2000, p. 63). Era, portanto, para organizar a cidade, necessária a contratação de um plano urbanístico.

Abrangendo aspectos físicos, socioeconômicos e administrativos, um plano urbanístico era visto como instrumento de intervenção técnica na expansão urbana, proporcionando à cidade a mudança social que traria melhorias nas condições de moradia, de trabalho, de circulação e de lazer, atendendo às funções urbanas e respeitando as aspirações humanas. Era uma intervenção em grande escala que definiria um sistema viário, áreas de uso, áreas verdes e equipamentos urbanos. A Curitiba da primeira metade do século XX era vista como um emaranhado de ruas com um conjunto de casas e edifícios e seu crescimento era sem orientação ou planejamento, o que tinha causado problemas de congestionamento. O ritmo de crescimento do número de pessoas, veículos, volume de mercadorias, serviços prestados, empregos, e as pressões sobre o setor habitacional cresceram de forma superior ao do crescimento material e funcional da cidade.

As correlações entre crescimento populacional e expansão territorial apontavam uma incompatibilidade entre dimensão dos problemas e realidade da administração. Na rua XV de Novembro, os estabelecimentos comerciais pertenciam aos descendentes de imigrantes e as residências passavam por uma fase de transição nos anos 1940. Os velhos solares foram transformados em escritórios e consultórios, e as pequenas casas eram substituídas por modernas construções. Áreas foram ocupadas sem consciência das implicações de adensamento, usos específicos ou mesmo segregação residencial por tamanho de lotes. O poder público foi experimentando os conhecimentos urbanísticos e o complexo trabalho de planejar a cidade como um todo orgânico.

Partindo da Carta de Atenas (1933), a ideia era que a urbanização atua na estrutura da cidade e a função da administração municipal seria a de atender aos reclamos urbanísticos da população, procurando administrar os recursos, as aspirações e as tendências de uma região. A imprensa expressava as inquietações da comunidade sem conhecimento direto e objetivo dos problemas que o crescimento da população imprimia à oferta de serviços e que a ordenação do espaço era uma criação contínua (SILVA, 2000, p. 34). Neste contexto, com a necessidade de um plano urbanístico e de posse da planta cadastral da cidade, em 1941, a prefeitura e o governo estadual contrataram a empresa dos irmãos Coimbra Bueno para a formulação de um plano. Com assessoria de Alfred Agache, em aproximadamente dois anos o plano foi entregue.

A proposta para a contratação de um plano urbanístico para Curitiba durante a década de 1940 também decorria do fato de que em pouco mais de uma década (em 1953), o estado estaria comemorando o centenário de sua emancipação

política da província de São Paulo. Contudo, mesmo quase um século depois de elevada à condição de capital, a cidade mantinha o ar interiorano e provincial, o qual o poder público e a elite política e econômica estadual queriam acabar por vez, sendo o urbanismo considerado a via para aplicar este caráter moderno à cidade. Para conseguir um plano seria preciso primeiro reorganizar a intervenção urbana e se pensar na cidade toda. Uma cidade com plano urbanístico pressupunha hierarquia, organização e controle da ordem (SILVA, 2000, p. 38). Assim, a contratação do urbanista francês Alfred Agache na década de 1940, envolve uma visão de sua trajetória profissional, pois implantados ou não, seus planos constituem parte de um processo de pensamento e ação urbanística. Um plano urbanístico era um meio de produzir transformações na sociedade, pensava Agache, e ele transmitia suas ideias para Curitiba.

O ponto essencial do Plano de Urbanização de Curitiba (nome oficial do comumente denominado Plano Agache) era constituído de cinco esferas de ação que assegurariam a reprodução do capital assim listadas: o Plano das Avenidas da Cidade, os centros funcionais, o código de obras e zoneamento, os espaços livres e reservas de áreas e a extensão da cidade, com intenção de intervir no espaço físico-territorial (BOLETIM PMC, 1943). Conforme destaca OBA (1998), a imagem da cidade moderna, impulsionada pela difusão do capitalismo, sobretudo nas capitais, evidenciava uma nova definição para suas funções, fossem elas de comando, de produção, de consumo ou sociais.

Como a municipalidade já possuía legislações detalhadas, de origem colonial, Agache reforçou seus mecanismos, compilados em 1953 no Código de Posturas, não tendo sido inteiramente substituídos até os anos de 1990 (GNOATO, 1997, p. 18). Um terço do plano foi dedicado ao problema de saneamento, até hoje não completamente resolvido. Visava modernidade, mas enquanto sinônimo de progresso, expresso em obras materiais, mais que em ações de caráter social. Ao observar a inexistência das favelas argumentou que “uma única habitação de favela que apareça será o gérmen e a proliferação deste vírus é espantosa” (BOLETIM PMC, 1943, p. 10).

Ele considerou que seu plano atendia a um futuro imediato e foi o primeiro e talvez único, concebido para Curitiba, pela abrangência e pelas condições do projeto. Na comparação entre o plano e o que foi executado, é perceptível a capacidade de implantação e potencialidade, ao propiciar ambiente à próxima intervenção urbana que aconteceu a partir



dos anos de 1970 (GNOATO, 1997, p. 21). Vendo a cidade como um organismo vivo, Agache redesenhou antigos traçados, criou centros funcionais e estabeleceu novos parâmetros no crescimento territorial.

A maior preocupação estava no alargamento das ruas e no desenho das edificações. Se o desenvolvimento da cidade permitisse, provavelmente teriam sido desfeitas quadras do centro, pois, como afirma Gnoato (1997) “a preocupação em manter as construções existentes, que compõem conjunto arquitetônico de determinada época, não estava na ordem do dia dos urbanistas dos anos 40” (GNOATO, 1997, p. 24). Ruas foram alargadas e o pensamento voltou-se definitivamente para o embelezamento das áreas residenciais e para a preservação das áreas verdes. Para a administração pública, atendendo aos vários interesses que a compõem, tornou-se de suma importância fazer um novo planejamento, que possibilitaria a expansão das áreas de construção e, em especial, a dos prédios de vários andares. Ferreira (2004) escreve que “nesta época foram construídos vários prédios públicos e privados, como também, surgiram as primeiras galerias em alguns edifícios da rua XV de Novembro. Tais construções passaram a ser o orgulho da cidade, representando a grandiosidade e a modernidade tão almejadas” (FERREIRA, 2004, p. 25), revelando a face urbanística do Estado Novo.

Uma das principais metas do Plano Agache era resolver o grave problema de Curitiba ter um centro com tendência ao congestionamento e às enchentes devido aos cursos d'água, motivadores de endemias. O centro era formado por distorções que afetavam todo o sistema viário e os meios de transporte. A organização das perimetrais visava facilitar a circulação intra e interurbana, além de delimitar a expansão da cidade, protegendo a zona de residências. A avenida que seria aberta em locais arborizados, seguindo o modelo americano das *parkways* estaria articulada com avenidas radiais, que se voltavam para o centro. O anel de entorno ao centro era formado por bairros com ocupação consolidada e a imprensa registrava que as áreas formavam um tecido urbano cada vez maior, podendo ser um tecido delimitado por vias. A extensão da cidade ocorreria dentro do perímetro da Avenida Perimetral 3 e o primeiro instrumento era a regulamentação dos arruamentos e loteamentos descritos no Código de Obras (SILVA, 2000, p. 80).

Concluiu que Curitiba teria que inevitavelmente preparar sua malha viária para atender um tráfego intenso de automóveis e que essa concentração de automóveis exigiria ruas largas, de alta velocidade de escoamento, sem empecilhos como cruzamentos curtos e entrecortados, e permitissem o deslocamento do centro

para os bairros. Nasceram dessas premissas, as famosas conectoras e as perimetrais (hoje, conhecidas também como vias expressas ou rápidas). Agache projetou o crescimento de Curitiba rumo aos bairros, liberando o centro curitibano apenas para o comércio e o lazer (centro de eventos: teatros, cinemas, etc.). As avenidas de ligação, desde que dessem rápido acesso bairro-centro, seriam fator de atração para a urbanização da periferia, pois os trabalhadores chegariam ao centro por meio de um sistema geral de transporte de massa.

Para definir os novos traçados da cidade, Agache usou como parâmetros a “eficiência” e a “salubridade”. A eficiência se refletiria nas ruas largas e espaços comunitários generosos, abrindo caminho para os automóveis, para a luz e para o verde (OBA, 1998). A salubridade estava refletida na preocupação com as grandes concentrações humanas na cidade, o aumento da ocupação irregular e o crescimento no número de “pobres”, que atrapalhavam a “visibilidade”, daí a ideia de se afastar a população carente dos centros comerciais e moradias das classes com maior poder aquisitivo, que se inspiraram nas intervenções de Haussmann em Paris. Este processo levou a uma racionalização dos traçados da cidade, que antes tinha como base uma relação mais atrelada ao meio natural, e que não correspondia às necessidades.

O Plano também considerava a conurbação, a ideia de cidades-satélites, “uma forma moderna de extensão das cidades” (BOLETIM PMC, 1943). Dentre os núcleos mais desenvolvidos ao redor da cidade, Agache identificava os de Santa Felicidade (atual bairro de Curitiba) e Colombo (município integrante da RMC- Região Metropolitana de Curitiba). A estrutura viária proposta, integrou as diversas colônias e paróquias, criando bairros com características próprias, porém interligados. A repartição da população no espaço estava em função dos caracteres linguísticos e culturais e das circunstâncias financeiras de cada um. Era comum grandes áreas pertencerem a herdeiros, que mais tarde transformaram-nas em loteamentos.

Além destas inovações, em sintonia com o pensamento da época, a confecção do Plano Agache para Curitiba trouxe como maior novidade o *zoning*, a criação de áreas com grande especificidade, com destaque para o Centro Cívico, que veio a ser construído anos mais tarde (figura 3).

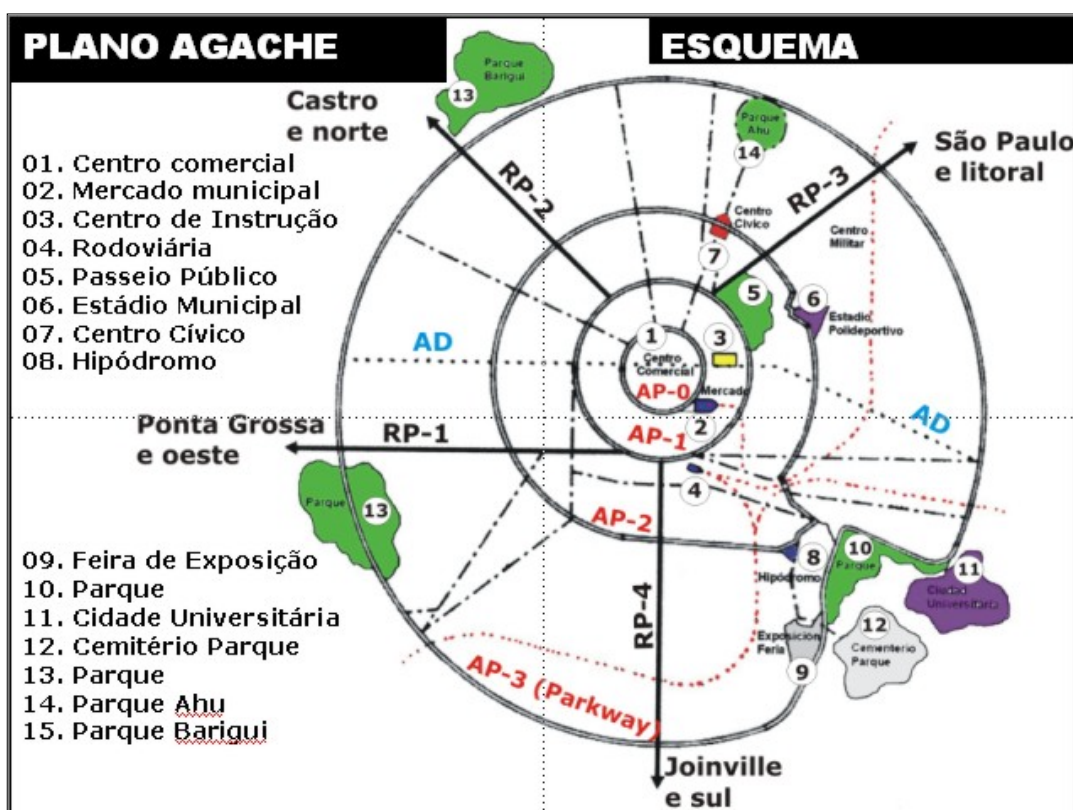


Figura 3: Esquema do Plano Agache (1943)  
 Fonte: CORNELSEN, 2010

Um plano destacaria as características de um centro urbano para então estabelecer diretrizes e localização das zonas no espaço. No período da Segunda Guerra Mundial, o urbanismo transformava-se devido às necessidades de defesa e os planos deveriam exprimir essas tendências combatentes na organização de seus centros funcionais (SILVA, 2000, p. 71; GARCEZ, 2006, p. 77). Agache ocupava posição de destaque nos quadros técnicos e políticos franceses, tendo sido chefe das reconstruções das cidades destruídas pela Primeira Guerra Mundial<sup>1</sup>. O plano que fez foi um exemplo típico do planejamento urbano europeu da época: abrangente, racional, porém, com pressupostos sociais simplificados (GNOATO, 1997, p. 16).

Até a década de 1930, a organização espacial curitibana consistia em políticas para proteger os proprietários de imóveis e não o controle das atividades exercidas sobre o solo. O “zoneamento” desta época se restringia a estabelecer, sempre que necessário, as divisas das três zonas fiscais, fossem elas urbana, suburbana e do rocío:

<sup>1</sup> A respeito deste assunto pode-se consultar do urbanista o seguinte livro: AGACHE, Alfred. **Comment reconstruire nos cités détruites, notions d'urbanisme s'appliquant aux villes, bourges et villages**. Ed. Colin, Paris, 1916.

ART. 2º - Compreende a zona urbana, os terrenos que estão situados nas ruas, praças e avenidas, dentro dos limites do quadro urbano da cidade e das povoações do Município.

ART. 3º - Compreende a zona suburbana a faixa de 1 quilômetro além dos limites do quadro urbano.

ART. 4º - Compreende o rocío a zona compreendida entre os limites suburbanos e os do município. (Código de Posturas - Capítulo 1 - Lei nº 527 de 27 de janeiro de 1919)

Na primeira zona as construções permitidas eram de casas cujas paredes externas fossem feitas de alvenaria. Casas de madeira podiam ser construídas nas outras duas zonas. Contudo, as edificações eram defeituosas, os arruamentos não seguiam um traçado sanitário, os loteamentos não tinham controle e os terrenos centrais adquiriam um alto valor estimulando a retenção para especulação levando ao movimento da população em direção às periferias. A produção de grandes conjuntos arquitetônicos, a programação rígida de um sistema viário e a especialização de espaços configuraram uma ocupação conflituosa, privilegiando a centralização e deixando a periferia sem um programa de trabalho, serviços e investimentos (SILVA, 2000, p. 61). A reorganização de Curitiba, dentro dos moldes do urbanismo então praticado, ampliou o investimento para o capital comercial e agrícola, os quais se voltaram para as construções de imóveis urbanos, e mais tarde, para a efetivação de um processo de industrialização.

Segundo o urbanista “o zoneamento é base de todo o plano de urbanização e o plano das avenidas como foi concebido, em linhas circulares concêntricas muito facilita o estabelecimento das zonas” (BOLETIM PMC, 1943, p. 56). Para o urbanista, a concentração apresentava vantagens. Agache via no agrupamento o único meio de economia para o transporte de mercadorias e pessoas, e o modo de melhorar as condições de higiene e de salubridade das áreas residenciais e comerciais. Para ele a importância do zoneamento se impunha por si só. Cada bairro tinha função determinada, fosse negócios, comércio, residência ou indústria, merecendo regulamento especial. Existiam áreas onde o problema da desvalorização poderia ser corrigido com o zoneamento. As zonas dispunham de regras para volume, altura e a característica dos prédios, se permitindo a densidade máxima nos terrenos mais caros e zonas residenciais, para evitar a subdivisão dos lotes, gerando alta dos preços e especulação (SILVA, 2000, p. 74).

Agache propunha um zoneamento que assegurasse melhores condições de salubridade e tranquilidade, respondendo às necessidades de trabalho e moradia. O urbanista foi conservador quanto aos resultados das modificações na economia de cada bairro, reajustes e atualizações de preços da terra ou desvalorizações, além dos conflitos entre interesses públicos e privados.

A cidade como centro dos capitais impõe a divisão do trabalho e a especialização como condição para seu desenvolvimento. Para Agache a vida urbana gravita em torno de elementos funcionais especializados, organizados no espaço para facilitar as relações entre eles e as aglomerações, cujas proporções se dariam com base na densidade da população da superfície para cada função, circulação e para as extensões e desmembramentos. Suas propostas para mudar condições relacionadas ao zoneamento criando ideias da separação são universais e buscavam atender aspirações e necessidades de uma sociedade estratificada. Ele disse que o zoneamento atingiria os resultados esperados caso estivesse ligado ao aspecto social dos problemas da cidade, ou seja, o da habitação. Agache não colocava o zoneamento como instrumento segregador negativo, mas sim uma forma de harmonizar as construções e as necessidades de seus ocupantes dentro do território urbano separando áreas comerciais, industriais e residenciais com diferentes densidades que conduzissem ao que ele chamou de uma “figura urbana ideal” (SILVA, 2000, p. 82).

Para Agache, tanto a lei que aprovaria o plano quanto a que aprovasse o zoneamento, para responderem aos seus objetivos, deveriam ter continuidade e para isso, deveriam estar alheias às inconstâncias políticas. Condições preconizadas no texto do Plano de Urbanização de Curitiba, mais tarde utilizadas no relatório da SAGMACS<sup>2</sup> e culminando na criação do IPPUC<sup>3</sup>, em 1965. No entanto, este zoneamento aceitou uma ocupação existente e não direcionou o crescimento. Considerou uma cidade ocupada por população de alto poder aquisitivo, desconsiderando a hipótese de população de renda baixa (GNOATO, 1997, p. 25).

A Prefeitura, com a aprovação da lei que estabeleceu o plano viário da cidade, direcionou as obras em função do Plano das Avenidas, procurando reservar áreas para os projetos do plano como o Cemitério-Parques, o Jóquei Clube, a Vila Operária, o Estádio e o Mercado Municipal. As atividades da Prefeitura estavam compreendidas na área central e o

---

<sup>2</sup> Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, sociedade com orientação de Louis Joseph Lebet, que durante as décadas de 1950 e 1960 desenvolveram estudos sobre planejamento urbano e regional no Paraná e em outros estados brasileiros.

<sup>3</sup> O IPPUC foi criado como uma Autarquia Municipal, ampliando a área de atuação da APPUC, que teve duração de apenas 122 dias (DUDEQUE, 2010).

Plano de Urbanização aprovava essa localização, sugerindo a construção de nova sede. O centro administrativo, não teria relação com a área do Centro Cívico, ou seja, a prefeitura teria sua sede na atual Praça Tiradentes, enquanto o poder estadual estaria concentrado naquele bairro (DUDEQUE, 2010), o que significava a permanência de uma dinâmica da produção do espaço urbano, da urbanização e dos grupos sociais que se beneficiavam das melhorias e equipamentos. A remodelação para Agache era colocar as coisas em ordem, ou seja, a pesquisa e a organização dos elementos de uma aglomeração urbana. Elementos que se referem à produção e circulação do valor, baseados no modo de exploração do capital e do trabalho (SILVA, 2000, p.90).

Os estudos de um plano exigiam do urbanista prudência quanto à transformação de uma cidade e sua extensão. Agache julgava poder impor regras, estabelecer zonas e posturas, cabendo à municipalidade aplicá-las em parte ou criar uma comissão para mostrar aos proprietários que elas não restringiram seu direito, mas criaram valores para o conjunto das propriedades. A limitação da extensão era indispensável para delimitar o alcance dos serviços públicos. Contudo, nem sempre os limites administrativos correspondiam aos reais das aglomerações. Para Curitiba, o Plano de Urbanização estabeleceu limites para a extensão da cidade apesar da existência de loteamentos e aglomerações fora de seu perímetro, sendo que uma solução era transformá-las em cidades satélites.

Para Agache, o plano deveria conseguir melhoramentos sem prejuízo da estética, oferecendo conforto e segurança aos habitantes, inovando, mas conservando. O urbanista se preocuparia com espaços que já não eram mais de passeio ou embelezamento, mas elementos da higiene e aspecto urbano. A higiene da cidade se faria através de reservatórios de ar puro. Os parques, os campos, as reservas florestais, os jardins, as avenidas arborizadas e os *parkways* deveriam ser previstos conforme a densidade de habitantes. Curitiba tinha espaços suficientes, porém mal distribuídos, alegava o plano. Quanto aos parques, a cidade estava privada de reservas (SILVA, 2000, p. 73) .

A organização da circulação foi concebida com base em princípios da Carta de Atenas, (AUZELLE, 1953, p. 90) entre eles, o de dar a cada via uma destinação – para automóveis, transporte de carga, pedestres -, dimensões e características especiais. O que acontecia no centro era que as ruas estavam dispostas em pequenas quadras, engarrafando, sem nenhuma especialização para que o tráfego fosse confluyente ou divergente. O critério para definir as particularidades das vias, baseado no escoamento e no tipo de veículo, tinha quatro finalidades: priorizar o automóvel, compreendendo sua circulação de trânsito e os acessos de entrada e saída da cidade; tangenciar a cidade, que servia aos veículos de tráfego

pesado; a ligação entre bairros, fossem eles institucionais, residenciais, comerciais ou industriais e por fim um sistema complementar de vias para tráfego local ou passeios, um sistema viário básico (SILVA, 2000, p. 76).

O plano feito contribuiu na criação de ambiente e tradição de urbanismo e planejamento urbano junto aos técnicos da cidade de Curitiba. Seu plano continha o desenho das ruas e de suas interseções; sugestões para praças, e perspectivas para o Centro Cívico, o Estádio Esportivo, a Estação Rodoviária e demais Centros Funcionais. Desta maneira, se passou a dispor de instrumentos para orientar o crescimento, para disciplinar a circulação de veículos e a construção de edifícios.

### **Considerações finais**

O Plano de Urbanização de Curitiba apresentava detalhamentos técnicos, desenhos e diretrizes gerais à iniciativa pública e também considerava os efeitos dos investimentos públicos. Foi a primeira experiência de planejamento urbano nascida de uma decisão política para intervir na ordenação, embelezamento e remodelação com ajuda dos progressos da técnica e da ciência. A aceitação das novas ideias implicava na nova forma de solução para os problemas da cidade. A imprensa, os representantes de classes e os governos municipal e estadual difundiram o que era representado como interesse comum. O plano transformava a realidade não desejada, otimizando as condições de vida.

As propostas do Plano Agache para Curitiba demonstram a preocupação em se modernizar a cidade, um urbanismo que, como em diversas partes do mundo, se desenvolveu como filho da modernidade, calcado, sobretudo, na mobilidade e na setorização da cidade. A possibilidade da modernização se expressa no plano, tendo a cidade como objeto de sua intervenção, através de mecanismos de regulação que influíam sobre as condições de vida da população, mesmo considerando a ênfase nos aspectos relativos às reformas nos centros urbanos.

A complexidade dos problemas de legislação e administrativos deixaram o plano paralisado durante anos, fazendo com que entrasse em obsolescência por falta de acompanhamento e atualização. O pensamento urbanístico criado desapareceu e o contexto histórico do desenvolvimento da cidade passou a ser outro, influenciado de forma mais enfática pelas transferências de renda da agricultura, ocupação das terras no norte do estado e criação de uma malha viária de penetração e integração (SILVA, 2000, p. 218).

O plano expressava princípios para que a cidade fosse remodelada e atingisse o objetivo de possuir uma representatividade própria, para ser interpretada como uma sociedade integrada no processo de desenvolvimento econômico que se processava em nível de país.

O plano foi entregue na gestão do prefeito Alexandre Beltrão, em 1943. Devido aos problemas econômicos e ao intenso crescimento da cidade, o plano não teve o sucesso esperado. Dele restaram, no entanto, as grandes avenidas, como a Visconde de Guarapuava, Marechal Floriano Peixoto e Sete de Setembro; as galerias pluviais da Rua XV de Novembro; o recuo obrigatório de cinco metros para novas construções; a Zona Industrial, atrás da Estação Ferroviária; a previsão de áreas para o Centro Cívico (bairro sede dos governos estadual e de diferentes tribunais e órgãos do poder público) e o Centro Politécnico (atual campus da Universidade Federal do Paraná); bem como o Mercado Municipal (BOLETIM PMC, 1943).

Segundo o relatório SAGMACS (1963, *apud* Garcez, (2006), as causas da falta de sucesso do Plano Agache foram as seguintes:

- 1 - plano restrito à área urbana, sem considerar o território do município;
- 2 - plano concebido dentro de um espaço geométrico, exigindo um controle rígido do crescimento da cidade;
- 3 - a especulação imobiliária provocou loteamentos excessivos, estendendo a cidade muito além do Plano de Avenidas;
- 4 - A Constituição de 1946 obrigava o pagamento imediato e em dinheiro das desapropriações ou a liberação do uso que convier ao proprietário, impossibilitando a prefeitura a fazer frente à quantidade de áreas a desapropriar. (GARCEZ, 2006, pg. 75)

Na década de 1950, segundo Ferreira (2004), o Paraná, ainda sofria forte influência do que fora a principal característica política - centralização do poder - do Estado Novo (1930-1945) comandado por Getúlio Vargas. Este período foi marcado por imponentes projetos, públicos, pois assim como fora importante para o urbanismo curitibano, a década também o foi para o restante do país, passando a se pensar em construções arrojadas que marcassem a passagem para a modernidade (FERREIRA, 2004, p. 26).

Quando em 1951 chegou ao poder Bento Munhoz da Rocha Netto, a cidade já possuía uma nova aparência e ele colocou em prática ideias contidas no plano de Agache e



nos escritos de Le Corbusier. Um exemplo foi a construção do Centro Cívico, em espaço sugerido pelo Plano Agache, mas com edifícios de forte expressão modernista, elaborado por David Azambuja e sua equipe, discípulos de Le Corbusier e Oscar Niemeyer (DUDEQUE, 2010).

Após dez anos, os limites estabelecidos pelo Plano Agache começaram a ser ultrapassados pela expansão urbana. O crescimento populacional na década de 1940 foi tolerável, com a população aumentando de 167.000 para 187.000 habitantes. A área urbana prevista era suficiente para absorver este aumento populacional, contudo, a partir de 1950 se iniciou um intenso processo de crescimento que atingiu 600.000 pessoas no ano de 1970. O Plano Agache não previa a pressão dessa massa populacional, pois se adotara uma taxa de crescimento demográfico de 2,5% ao ano, enquanto a taxa foi de 7,4% ao ano entre 1950 e 1960. (GARCEZ, 2006). Segundo Gnoato (1997):

*Em relação ao crescimento demográfico da Cidade, Agache considerou que seu Plano atendia a um futuro imediato. Porém, sua visão de crescimento urbano, de certa forma, é contraditória, quando observou que “a densidade demográfica decresce do centro para a periferia de acordo com o zoneamento previsto pelo Código de Obras. Esta centralização em uma grande cidade é inevitável e até necessária”. (AGACHE, 1943, apud GNOATO, 1997, p. 19 e 20)*

De acordo com o plano proposto por Agache, o sistema viário estava definido por um conjunto de vias radiais e perimetrais que atendia as necessidades de circulação de forma ordenada para acesso aos bairros e descongestionamento do centro. Os recursos municipais, contudo, não permitiam executar as obras de alargamento e pavimentação necessárias para implementar o Plano de Avenidas sendo a situação agravada nas diametrais-radiais que se destinavam a dar acesso as perimetrais (GARCEZ, 2006). O que foi feito o foi de forma incompleta, parcial e segmentada, agravado com as pressões do trânsito e um ineficiente sistema de transporte coletivo. Surgiram outros problemas que exigiam novas soluções, devido principalmente ao crescimento populacional. Sem acompanhamento, o Plano Agache não estava preparado para esta configuração decorrente do inchaço da cidade.

O Plano Agache foi revisto a partir de 1958, com a criação do Departamento de Urbanismo e da Comissão de Planejamento de Curitiba (COPLAC), embrião do IPPUC, contudo não se conseguiu uma revisão crítica e complementação adequada, por insuficiência e desinteresse dos meios postos à disposição (GARCEZ, 2006).

## Referências

- AGACHE, D. *La Remodelation d'une capitale. Aménagement, extension, embellissement*; Paris, Societé cooperative d'architectes, 1932, p. XVIII, v. 1
- BOLETIM PMC. *Plano de Urbanização de Curitiba*. Curitiba, novembro/dezembro, ano II, n. 12, 1943. 136 p.
- BRUANT, Catherine. Donat Alfred Agache: urbanismo uma sociologia aplicada. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. PECHMAN, Robert (org.) *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996. p. 167 a 202.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CUNHA FILHO, Valter Fernandes da. *Cidade e Sociedade: A gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889 - 1940)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. UFPR, Curitiba, 1998.
- GARCEZ. Luiz Armando. *Curitiba - Evolução Urbana*. Rio de Janeiro, Curitiba, 2006. 168 p.
- GNOATO, Luís Salvador Petrucci. *Introdução do ideário Modernista na Arquitetura de Curitiba.(1930-1965)*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- IPPUC. *Planta da cidade de Curitiba em 1927*. Disponível em [http://ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/1927\\_Planta%20de%20Curitiba%20CR484.jpg](http://ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/anexos/1927_Planta%20de%20Curitiba%20CR484.jpg) Acesso em 23/07/2010.
- MONBEIG, Pierre. O Estudo Geográfico das Cidades. *Revista do Arquivo Municipal*(São Paulo), 7(73). [Transcrito em Boletim Geográfico, 1(7): 7-29], 1943.
- OBA, Leonardo Tossiaki. *Marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. PECHMAN, Robert (org.) *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996. p. 363 a 376.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Memórias e cidade; depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)*. Ed. Aos Quatro Ventos, Curitiba, 1999, 2ª Ed.
- SILVA, Lígia Maria Tavares da. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves *et al* (org.) *Itinerários Geográficos*. Niterói: Eduff, 2007. p. 71 a 84.

- SILVA, Lúcia. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. PECHMAN, Robert (org.) *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996. p. 397 a 410.
- SILVA, Maclôvia Corrêa da. *O Plano de urbanização de Curitiba - 1943 a 1963 - e a valorização imobiliária*. FAU/USP, 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.